

**ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS NO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA DE GOIÁS: LOCUS DE  
EFETIVAÇÃO DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA  
DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

***SOCIO-OCCUPATIONAL SPACES AT THE  
FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE  
AND TECHNOLOGY OF GOIÁS: LOCUS OF  
EFFECTIVENESS OF THE SOCIO-EDUCATIONAL  
DIMENSION OF SOCIAL WORKERS' WORK***

Altair J. de Carvalho Micheli <sup>1</sup>  
Luciana Gonçalves Pereira de Paula Silva <sup>2</sup>  
Mônica de Oliveira Fernandes <sup>3</sup>  
Sandra Lúcia Gonçalves <sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem o intuito de apresentar o relato de experiência referente à construção da proposta de trabalho do Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Essa proposta, fruto da articulação das/os Assistentes Sociais desta Instituição. Essa iniciativa possibilitou o

---

<sup>1</sup>Mestre, Assistente Social, Instituto Federal de Goiás - Mestre, Câmpus Jataí, Brasil. Rua Napoleão Laureano, 1500, apto 801, Setor Samuel Graham-GO – fone: 64-99988-10-19

<sup>2</sup>Doutora, Assistente Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Assis Chateaubriand n. 1668 Setor Oeste- Goiânia-GO – fone: 62-3612-22-68. e-mail: lugppaula@bol.com.br

<sup>3</sup>Especialista, Assistente Social, Instituto Federal de Goiás - Reitoria, Brasil. Assis Chateaubriand n. 1668 Setor Oeste-Goiânia-GO – fone: 62-3612-22-68. e-mail: monicaolefer@gmail.com

<sup>4</sup>Assistente Social, Instituto Federal de Goiás - Reitoria, Brasil. Mestre pela Pontificia Universidade Católica de Goiás. Rua C-4 Qd 49 Lt 07 Setor Novo Horizonte-Goiânia-Go- Contato: 62-3612-22-6; sandra.goncalves@ifg.edu.br.

mapeamento e a definição das diversas frentes de trabalho, e, sobretudo, apreender esses espaços como locais para efetivação da dimensão socioeducativa do Trabalho das/os Assistentes Sociais.

**Palavras-Chave:** Serviço Social, IFG, Trabalho.

**ABSTRACT:** *This article aims to present the experience report regarding the construction of the Social Service work proposal at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás. This proposal, the result of the articulation of the Social Workers of this Institution. This initiative made it possible to map and define the different work fronts, and, above all, to apprehend these spaces as places for carrying out the socio-educational dimension of the Social Workers' Work.*

**Keywords:** *Social Work, IFG, Work.*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se como relato de experiência a partir da iniciativa de promover o debate sobre a reestruturação das ações do Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) que teve como ponto de partida a reflexão de Netto. (NETTO, 1996, p.187). Para o autor, o período histórico em que estamos experimentando é marcado por “transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenções, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades”, entre outros aspectos.

Percebe-se, assim, que as transformações societárias reconfiguram as necessidades sociais e institucionais já existentes e criam novas e, ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade,

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.*

atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, ao envolver modificações em todos os seus níveis, abarcando os aspectos teóricos, prático, político, modalidades de formação, sistemas institucionais/organizacionais, e, sobretudo o aspecto cultural.

Com base nessas reflexões avaliou-se ser imprescindível estabelecer, em face dessas transformações, estratégias político-profissionais para responder às demandas emergentes e os desafios do tempo presente, uma vez que tais estratégias apresentam-se como construções e/ou elaborações teórico-metodológicas acerca do exercício profissional e/ou da formação do assistente social (PAULA, 2016b).

Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e estudos teóricos sobre publicações que versam sobre as temáticas afins a esse processo, como: Almeida (2007;2011); Guerra (2012; 2014), (SILVA, 2012) (PAULA,2014, 2016 a, 2016b, PAULA, 2016c), (CARDOSO,2013), entre outros.

No intuito de complementar esse processo foi realizada, ainda, uma pesquisa de campo junto aos profissionais de Serviço Social para mapear os locais de atuação da/do Assistente Social que estavam consolidados, bem como àqueles emergentes pós-processo de expansão do IFG.

Essa experiência agregou esforços de diferentes sujeitos que se somaram em prol de um objetivo comum: pensar, repensar, analisar, construir, refletir e recriar o Serviço Social no IFG.

## **1. O INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – UM**

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.*

## **ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DA/DO ASSISTENTE SOCIAL**

No ano de 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG) foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO). Quase uma década depois a Instituição vivenciou outra reestruturação, por meio da Lei nº 11.892, de 27 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) que criou os Institutos Federais, passando a ser denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Com a mudança para Instituto Federal, Goiás ficou com duas novas instituições: o Instituto Federal de Goiás, formado pelo Cefet Goiás, com os *campi* de Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara, Uruaçu, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia Oeste, Águas Lindas, Valparaíso, Senador Canedo, Anápolis, Luziânia, e a reitoria instalada em Goiânia, e o Instituto Federal Goiano, formado pela fusão dos Cefet de Rio Verde e de Urutaí e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, Campos Belos, Catalão, Cristalina, Hidrolândia, Ipameri, Morrinhos, Posse, Trindade. Os Institutos Federais estão inseridos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e estão ampliando sua inserção social, com a implantação de novos *campi* em outras cidades.

O IFG é uma instituição que se equipara às Universidades Federais, articulando educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (cursos técnicos integrados ao ensino médio, técnicos subseqüentes ao ensino médio, superiores de bacharelados, licenciaturas e de pós-graduação lato e stricto sensu), especializada na oferta de educação

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.***

profissional e tecnológica.

Entretanto, os Institutos Federais são instituições que apresentam uma estrutura pedagógica e administrativa diferenciada das Universidades, uma vez que foram criados mediante agregação e/ou transformação de antigas instituições profissionalizantes fortemente vinculadas às demandas do mercado. A possibilidade de ampliação do papel da educação profissional está indicada na atual legislação, que transformou os Centros em Institutos Federais, ao preconizar que devem se constituir como centros de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, como também qualificarem-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização aos docentes das redes públicas de ensino, conforme art. 6º da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

As principais características que diferenciam os Cefets dos Institutos Federais é a necessária abertura em relação às demandas locais e regionais, a integração e a verticalização do ensino, desde a educação básica até a educação profissional e a educação superior.

Essas ponderações revelam que as atribuições dos Institutos Federais ampliaram-se, concomitantemente ao processo expansionista do capital globalizado, combinando antigos e novos desafios que se traduzem em novas demandas no campo da gestão e da organização do trabalho, com implicações na tarefa cotidiana tanto dos/as dirigentes, quanto dos/as trabalhadores/as destas Instituições.

A inserção do Serviço Social no IFG tem uma

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.***

história recente, estando em fase de estruturação, na maioria dos Câmpus. O primeiro concurso público, com abertura de vagas para Assistente Social, aconteceu no final do ano de 1989, na extinta ETFG. Dentre as profissionais aprovadas, duas foram nomeadas em 1990 e outras duas em 1994, ficando duas em Goiânia, na sede e duas na recém-criada Unidade Descentralizada (Uned) de Jataí. Nesse período as ações relativas à assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem, destinadas ao atendimento de alunos/as e servidores/as, foram agrupadas na Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE), cuja coordenação foi assumida por uma Assistente Social, na sede, e por uma Psicóloga, na Uned.

Somente em 2006, o MEC autorizou a realização de novo concurso público e a profissional aprovada, no final de 2007, com a estruturação da Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS), ligada à DRH, e a convite da direção da instituição, assumiu essa coordenação. Com a reabertura dos concursos públicos e com a expansão da rede em Goiás, foram realizados novos concursos, ampliando significativamente as vagas para o cargo de Assistente Social.

Essa expansão e a transformação em Instituto com a reestruturação administrativa – constituição da Reitoria, abertura de novos câmpus, aumento das vagas e matrículas – tudo acontecendo de forma acelerada, trouxeram mudanças nas condições objetivas de atuação profissional, gerando acúmulo de trabalho e de funções, além de dúvidas e inseguranças. Esse cenário reforça a importância da participação articulada e organizada das/os Assistentes Sociais, quando se constata uma

indefinição em relação às atribuições e competências do assistente social, pelos diferentes sujeitos que atuam nos institutos, como gestores, servidores e alunos e reafirma a necessidade da construção democrática e participativa de uma proposta coletiva para o Serviço Social, considerando que existem perspectivas de avanços, demandas a serem respondidas, espaços a serem conquistados e ocupados.

Desta forma, as/os Assistentes Sociais do IFG, demonstrando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com a sua formação continuada, vêm se capacitando para melhor responderem às demandas e se articulando no sentido de construir uma proposta de trabalho com objetivos comuns, que os aglutinem dando maior visibilidade e explicitação da concepção, das atribuições e competências do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional. A construção e efetivação da proposta, no cotidiano da ação profissional, pressupõem o enfrentamento de desafios como:

- a) articulação entre as/os Assistentes Sociais e destes com outras categorias que atuam no IFG, mediante a estratégia de uma ação conjunta, de natureza interdisciplinar, e para inserir os profissionais que estão chegando por meio de novos concursos;
- b) necessidade de mapear as possíveis frentes de trabalho, qualificar e ampliar as competências profissionais, saindo da posição de executor para a de proponente, que elabora, coordena e executa políticas efetivas de atendimento às necessidades sociais, tanto de alunos quanto de servidores;

- c) ruptura com as distorções a respeito da concepção, das atribuições e competências do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional;
- d) maior interlocução das/os Assistentes Sociais com as dimensões do projeto ético-político, sobretudo, no domínio e utilização dos instrumentos de regulamentação da formação e do exercício profissional, como exigência de sua *práxis* cotidiana;

A partir da pesquisa para o mapeamento dos principais espaços de trabalho do Serviço Social no IFG, atualmente constatou-se os seguintes: Coordenação de Assistência Estudantil – CAE, a Coordenação de Assistência ao Servidor, Coordenação de Recursos Humanos e Assistência Social – CRHAS.

Além desses espaços, destacou-se também àqueles que surgiram com o processo de expansão e reestruturação da Rede de Educação Profissional e, por conseguinte, do IFG, a exemplo das Pró-reitorias, sobretudo a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional – Prodi e Pró-reitoria de Extensão – Proex. Outro espaço de atuação da/do assistente social que requer o trabalho interdisciplinar é o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS. Esse subsistema tem como objetivo a efetivação da Política de Atenção à Saúde do Servidor – PASS, uma proposta do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP.

Assim, com base nos referidos espaços sócio-ocupacionais, verifica-se um conjunto de atribuições e competências próprias da/do Assistente



Social no IFG. Ressaltando-se que as atribuições apresentadas levam em consideração as especificidades dos locais de atuação, bem como as normatizações das entidades representativas – conjunto CFESS/CRESS e documentos institucionais.

Esses espaços se caracterizam como possíveis locais de atuação das/os Assistentes Sociais como partícipe da equipe multiprofissional. Pois, como adverte ALMEIDA (2007) os desafios apresentados nesse espaço e a presença desses elementos no universo escolar por si só, não justificam a inserção das/os Assistentes Sociais nessa área. O autor explica, a sua inserção deve “expressar uma das estratégias de enfrentamento dessa realidade, na medida em que representa a possibilidade de organização do trabalho coletivo na esfera da política educacional, em unidades educacionais, em gerências, ou em articulação com outras políticas setoriais” (p. 5).

Trata-se de espaços cuja dimensão socioeducativa se faz presente. Essa constatação foi possível a partir da articulação política dos profissionais do IFG que se debruçaram na elaboração da proposta de atuação do Serviço Social na referida instituição. Ao construir essa proposta de atuação, identificou-se que as demandas sócio-organizacionais, as quais expressam as requisições da instituição para o Serviço Social, contêm elementos que atribuem ao Assistente Social uma função pedagógica, socioeducativa, seja de:

esclarecimento, de repasse de informações, de atuação na alteração de hábitos e condutas, seja de mobilização para a participação ou de formação política para o efetivo exercício da

cidadania e/ou para a luta e enfrentamentos sociais, tendo como horizonte as possibilidades e necessidades de transformação social (EIRAS, 122).

Ao proceder à análise do Serviço Social é importante esclarecer que a profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da divisão internacional do trabalho, quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e direcionam seus rumos.

Nesta proposta, entende-se que as profissões são

práxis sociais, com particularidades e especificidades, responsáveis por darem respostas às necessidades sociais, ou seja, surgem diante das diferentes necessidades e interesses coletivos

com a finalidade de darem respostas a estes. É uma das práxis realizadas pelo homem e, portanto, também um processo de objetivação do ser social (CARDOSO, 2013, p. 69-70).

Depreende-se então, que toda profissão constrói seus projetos e éticas profissionais com o intuito de apresentar o seu dever ser, sua autoimagem ou imagem ideal, diante de seu significado social e razão de existir socialmente. “E tal dever ser será informado por um determinado *ethos* que orientará os profissionais” (CARDOSO, 2013, p. 72). Estamos falando, portanto, dos projetos e éticas profissionais.

Na opinião de Netto (1999, p. 95),

os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas.

Portanto, tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – a respectiva categoria profissional. Assim, é por meio da organização política que a categoria elabora o seu projeto profissional, constrói e dissemina os valores ético-políticos e opções teórico-metodológicas.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.***

Para Cardoso (2013, p. 79), são esses valores que

legitimam a opção de uma direção social, caminhos para a concretização dessa opção, tendo como finalidade uma forma de sociabilidade. Enquanto projeto, direciona a ação cotidiana desses profissionais que, por sua vez, construíram e reconstruíram tal projeto em sua práxis profissional.

No que tange às ações profissionais desenvolvidas pela/o Assistente Social, para Paula (2014, p. 15), elas expressam o fazer profissional: “atender, orientar, encaminhar, avaliar, estudar, planejar e outras ações previstas como competências e atribuições na legislação profissional, que é desenvolvido em um serviço prestado pela instituição que pode ter variadas formas”

Para essa autora, as atribuições compõem as ações profissionais como parte da prestação de serviços sociais. Além disso, as ações realizadas imprimem o caráter interventivo do Serviço Social, que são direcionadas pelas escolhas teórico-metodológicas e ético-políticas dos/as profissionais. Assim a compreensão que o profissional possui sobre o trabalho socioeducativo é condicionada pela vinculação a um projeto profissional.

Os instrumentos e/ou meios de trabalho são elementos fundamentais de qualquer processo de trabalho. São eles que potencializam a ação do/a trabalhador/a sobre seu objeto de trabalho. Assim, os instrumentos são elementos necessários à atuação técnica, por meio dos quais as/os Assistentes Sociais podem efetivamente concretizar os seus objetivos e as finalidades propostas.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.***

Os instrumentos técnicos utilizados pela/o Assistente Social são: ficha de cadastro, grupo, visita domiciliar, visita institucional, relatório, laudo, parecer social, pesquisa social. A utilização de tais recursos está associada ao uso de técnicas e procedimentos operacionais que possibilitam a materialização das ações, programas e projetos profissionais (PAULA, 2014).

Entre esses instrumentos o grupo se destaca, pois permite uma atuação coletiva, junto a um número maior de usuários/as. Seja qual for o seu formato, o mais importante é compreender um grupo como um espaço aberto, democrático, sendo a/o Assistente Social apenas a/o coordenadora/coordenador e não a/o manipulador/manipulador das discussões. O grupo pode ter um roteiro previamente elaborado que oriente o seu trabalho, mas não deve ser um espaço engessado que cerceia a liberdade de fala, de expressão, de manifestação dos/as usuários/as. É um espaço privilegiado para ações socioeducativas desde que compreenda cada um dos/as participantes como agente ativo e fundamental para o seu funcionamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Serviço Social tem traçado um percurso absolutamente progressivo, nas últimas décadas. Essa realidade também pode ser percebida no IFG, onde a profissão vem avançando e ganhando mais espaços e se consolidando por meio da conquista de novas responsabilidades profissionais.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.***

Frente a essa conjuntura desafiadora, faz-se necessário que o coletivo de profissionais que atuam nesse espaço sócio-ocupacional organizem-se em torno da definição estratégica de sua própria dinâmica de trabalho. Uma vez que, a/o Assistente Social que não constrói seus próprios objetivos profissionais pode sucumbir, mais facilmente, a uma rotina institucional genérica e repetitiva que, por vezes, incide de maneira burocratizante em sua atuação. Planejar, sistematizar e avaliar as ações desenvolvidas, nos mais variados espaços sócio-ocupacionais, imprimem uma qualidade ímpar ao exercício profissional do (da) assistente social. Segundo Paula (2016b) trata-se de estratégias de trabalho, muito longe do caráter burocrático, com o qual muitas vezes são revestidas, possuem uma inerente dimensão política. O planejamento, por exemplo, constitui-se em uma ferramenta essencialmente política e pedagógica de negociação, de mobilização, que propicia aos profissionais que dela se utilizam, um processo de intensa reflexão sobre o seu próprio trabalho.

De maneira geral, o documento formulado, a partir desse processo de planejamento, apresenta como principais ações a serem desenvolvidas pelas/pelos Assistentes Sociais do IFG: orientar à comunidade do IFG quanto à viabilização dos direitos sociais e os meios de exercê-los; contribuir para a mobilização e organização popular, articulando os trabalhos de base, de educação com a comunidade do IFG; realizar estudos e pesquisas socioeconômicas para conhecer a realidade social da população atendida; construir e organizar os instrumentos

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.***

internos do Serviço Social, avaliando-os sistematicamente; planejar, executar e avaliar planos, programas e projetos sociais, com acesso às informações orçamentárias, participando do seu planejamento; documentar todas as ações realizadas no exercício profissional; orientar e encaminhar as/os usuárias/os para a rede socioassistencial e serviços especializados, monitorando os processos; prestar assessoria e consultoria à gestão, seja nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; compor equipe multiprofissional considerando a integralidade dos sujeitos e grupos atendidos; supervisionar estagiário de Serviço Social, acompanhando seu projeto de intervenção; garantir uma gestão democrática na elaboração e execução das Políticas Institucionais; realizar estudos e emitir parecer social e laudos sobre questões que são de responsabilidade do Serviço Social; orientar a prática profissional com base nas Diretrizes Curriculares, na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional.

Em linhas gerais, estes são os principais direcionamentos que devem orientar o trabalho profissional das/os Assistente Social do IFG. Direcionamentos que foram construídos coletivamente, por meio de uma experiência extremamente rica e fortalecedora para esse conjunto de profissionais. Espera-se que esta experiência possa incentivar e motivar outros setores e segmentos de Assistentes Sociais inspirando-os a serem protagonistas em seus espaços de trabalho.

Ante ao exposto, finaliza-se essa reflexão com o texto de Almeida (2007) que convida a pensar a educação,

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.***

para além do capital (MÉSZÁROS,) como dimensão da vida social e que possui um carácter ontológico, ou seja, constitutivo dos modos de existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade. Neste sentido,

pensar a educação para além da política educacional é, deste modo, uma outra exigência posta aos assistentes sociais e que requer um olhar sobre a própria dimensão educativa de sua intervenção como constitutiva desses processos mais amplos e não necessariamente vinculada a essa área de atuação do Estado via política social. Em síntese, a dimensão educativa que caracteriza um infundável universo de práticas sociais e experiências profissionais não necessariamente configura um elemento justificador do pertencimento ou proximidade dessas atuações à política de educação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O serviço social na educação: novas perspectivas sócio- ocupacionais**. In: **SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**. Belo Horizonte, 2007. Anais eletrônicos. Disponível em: [www.cress-mg.org.br/Textos/textos\\_simposio/2007.05.19\\_plenaria8\\_neyteixeira.doc](http://www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc). Acesso em: 16 de agosto de 2017.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; Mônica Alencar. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo. Saraiva, 2011

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.*



Brasil. (2008). **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br /ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892). Acesso em: 16 de agosto de 2017.

Cardoso, P.G. (2013). **Ética e projetos profissionais os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil.** Campinas: Papel Social.

EIRAS, A. A.L. T.S. **A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente.** In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Orgs. Cláudio Mônica dos Santos, Sheila Backx; Yolanda Guerra, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

Guerra, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: Santos, C.M.; Backx, S.; Guerra, Y. (org). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Editora UFJF. 2012

Guerra, Y. **Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional.** In: Mota, A.E. (org). **Serviço Social nos anos 2000: cenários, pejejas e desafios.** IFPE: Recife-ES. 2014.

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.*

Netto, J.P. **Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In: **Serviço Social e Sociedade**, 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

Netto, J.P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: **Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**, Brasília, CEAD, 1999.

Paula, L.G.P.P. **Um debate sobre estratégias e táticas – problematizações no campo do Serviço Social. Tese de doutorado.** Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. . (2014)

Paula, L.G.P.P.; Silva, N.C.O. **Planejamento e Serviço Social – o plano de trabalho como estratégia profissional do (a) assistente social. ANAIS do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Olinda-PE. (2016a).

Paula, L.G.P.P. **Estratégias e táticas – reflexões no campo do Serviço Social.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris. (2016b)

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.*

Paula, L.G.P.P.; Silva, N.C.O. **Planejamento e Serviço Social – o plano de trabalho como estratégia profissional do (a) assistente social. ANAIS do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Olinda-PE. (2016c).

SILVA, Marcela Mary José. **Serviço Social na Educação: teoria e prática.** Campinas,SP: Papel Social, 2012.

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.*